



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – PEA

SETOR HABITACIONAL JÓQUEI CLUBE

Revisão 02

Processo nº 00391-00012569/2017-81

007002-440RT-002-01

Junho de 2024



Terracap

Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal



PROGEPLAN
engenharia e meio ambiente

NOTAS:

	DATA	DIGITADO	ELABORADO	REVISADO	APROVADO
02	04/07/2024			AERS	AERS
01	23/04/2024			BGM	
00	NATUREZA				
	23/02/2024			BGM	
C2	NATUREZA				
	21/02/2024			BGM	
Q1	NATUREZA				
C1	15/02/2024		BGM		



Terracap
Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal



PROGEPLAN
engenharia e meio ambiente

EMPREENDIMENTO:

SETOR HABITACIONAL JÓQUEI CLUBE - SHJC

FASE DO EMPREENDIMENTO:

LICENÇA DE INSTALAÇÃO - LI

TÍTULO DO DOCUMENTO:

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - PEA

NÚMERO DO DOCUMENTO:

007002-440RT-002

REVISÃO:

02

R. TÉCNICO

Erick Marcel e Silva Viana
Eng. Ambiental. CREA-DF 14.884/D

DATA:

JUN / 2024

PÁGINA:

0

DE:

29



SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	4
1.1	IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR	4
1.2	IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PEA.....	4
1.3	EQUIPE TÉCNICA	4
1.4	CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	5
2	INTRODUÇÃO	8
3	OBJETIVO	9
3.1	OBJETIVO GERAL.....	9
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	9
4	RESUMO DO DSP – DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL PARTICIPATIVO	10
5	ESCOPO	11
5.1	EXECUÇÃO	11
5.2	AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	11
5.3	CAMINHADA ECOLÓGICA E OFICINAS NO PARQUE ECOLÓGICO DE ÁGUAS CLARAS	12
5.3.1	Contextualização / Justificativa do projeto.....	12
5.3.2	Detalhamento das ações previstas a serem executadas.....	12
5.3.3	Agentes da ação educativa	13
5.3.4	Recursos humanos e financeiros necessários.....	13
5.4	DO QUINTAL PARA DENTRO. VAMOS CUIDAR DAS NOSSAS CASAS	13
5.4.1	Contextualização/Justificativa do projeto	13
5.4.2	Detalhamento das ações previstas a serem executadas;.....	14
5.4.3	Agentes da ação educativa	15
5.4.4	Recursos humanos e financeiros necessários.....	15
5.5	EVENTO SOCIAL (“DIA D”) DE LIMPEZA	15
5.5.1	Contextualização / Justificativa do projeto.....	15
5.5.2	Detalhamento das ações previstas a serem executadas;.....	16
5.5.3	Agentes da ação educativa	16
5.5.4	Recursos humanos e financeiros necessários.....	17
5.6	CIRCUITO DO ESPORTE	17
5.6.1	Contextualização / Justificativa do projeto.....	17
5.6.2	Detalhamento das ações previstas a serem executadas;.....	18
5.6.3	Agentes da ação educativa	18
5.6.4	Recursos humanos e financeiros necessários.....	18
5.7	PLANTAR, CUIDAR E CRESCER – DIA DE AÇÃO NO PARQUE	19
5.7.1	Contextualização / Justificativa do projeto.....	19
5.7.2	Detalhamento das ações previstas a serem executadas.....	19
5.7.3	Agentes da ação educativa	21
5.8	MOMENTO DE DIÁLOGO – ACESSO ÀS INFORMAÇÕES SOBRE O EMPREENDIMENTO	21
5.8.1	Contextualização / Justificativa do projeto.....	21



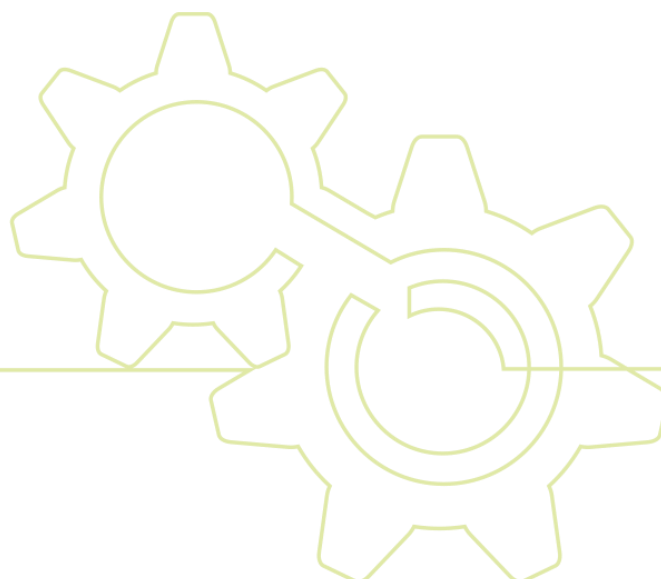
Terracap

Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal



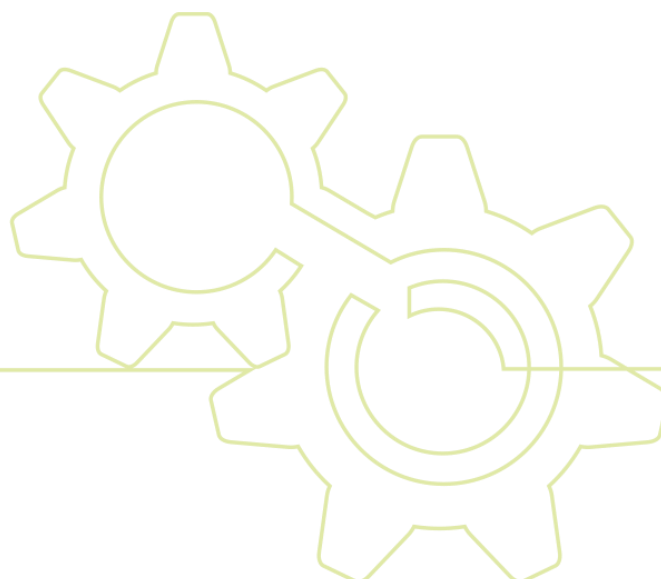
PROGEPLAN
engenharia e meio ambiente

5.8.2	Detalhamento das ações previstas a serem executadas.....	22
5.8.3	Agentes da ação educativa	23
5.8.4	Recursos humanos e financeiros necessários.....	23
5.9	ABRANGÊNCIA	23
5.10	RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO	23
5.11	EQUIPE TÉCNICA	23
5.12	INTERFACE COM OUTROS PROGRAMAS	24
5.13	RESULTADOS ESPERADOS	24
6	ANEXO	25
6.1	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	25
6.2	ORÇAMENTO DETALHADO.....	26



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1: Poligonal da Área de Influência Direta – AID do empreendimento.	6
Figura 1.2: Área Diretamente Afetada e projeto de urbanismo.	7



1 APRESENTAÇÃO

O presente documento se refere ao Programa de Educação Ambiental (PEA) do Setor Habitacional Jóquei Clube, que será instalado na Região Administrativa de Vicente Pires (RA XXX), sendo este, um componente obrigatório para obtenção da Licença de Instalação.

Este PEA foi elaborado de acordo com o Diagnóstico Socioambiental Participativo – DSP elaborado e aprovado pelo Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) por meio do Parecer Técnico nº 1/2024 – IBRAM/PRESI/EDUC.

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

Razão Social	Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP
Endereço	Setor de Administração Municipal – SAM, Bloco “F”, Edifício TERRACAP – Brasília/DF CEP: 70620-000
CNPJ	00.359.877/0001-73
Fiscal do Contrato:	Paulo Cesar Costa

1.2 IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PEA

Nome/Razão Social	PROGEPLAN Engenharia Ambiental Ltda
Endereço	Setor Bancário Norte Quadra 02, Ed. Via Capital Bloco F Sala 1513 Asa Norte, Brasília-DF CEP 70.040.911
Telefone	(61) 3963-9195
CNPJ	11.632.337/0001-38

1.3 EQUIPE TÉCNICA

Nome	Formação	Área de atuação	Nº no conselho
Pedro Franarin Alves	Eng. Ambiental, Msc. em Gestão e Planejamento Ambiental	Direção e Responsabilidade Técnica	CREA 12.927/D-DF
Érick Marcel e Silva Viana	Engenheiro Ambiental	Direção e Responsabilidade	CREA-DF 14.884/D

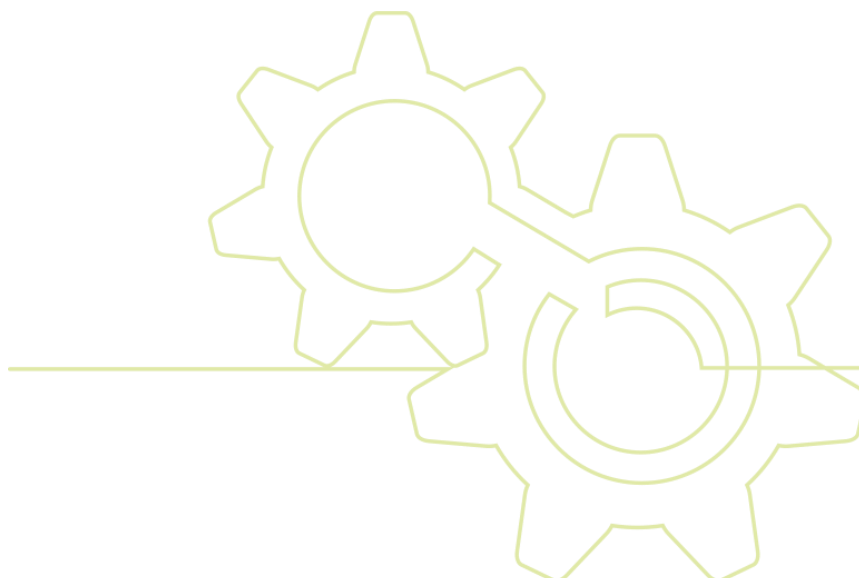


Nome	Formação	Área de atuação	Nº no conselho
		Técnica	
Rafael Monteiro Virgílio de Carvalho	Biólogo	Responsabilidade Técnica e Gestão da Qualidade	CRBio 57.794/04-D
Abel Eustáquio Rocha Soares	Biólogo, Dr. em Botânica	Coordenação Geral	CRBio 98.509/04-D
Bruna Gomes Magalhães	Eng. Ambiental, Msc. em Ciências Agrárias.	Coordenação Técnica	CREA 193576/D-MG
Fabio Resende Rodrigues	Geógrafo	Elaboração Técnica	CREA 20329/D-DF

1.4 CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Nome do empreendimento	Setor Habitacional Jóquei Clube
Área total da gleba	252,2336 hectares
Área a ser parcelada	214,1354 hectares
População estimada	51.981 habitantes
Número de unidades imobiliárias	264 lotes de uso Misto/Residencial Multifamiliar

A Figura 1.1 apresenta a poligonal do empreendimento situada na Região Administrativa – RA Vicente Pires e a Figura 1.2 exibe a Área Diretamente Afetada – ADA, fornecendo uma visão do projeto de urbanismo e sua área de ocupação.



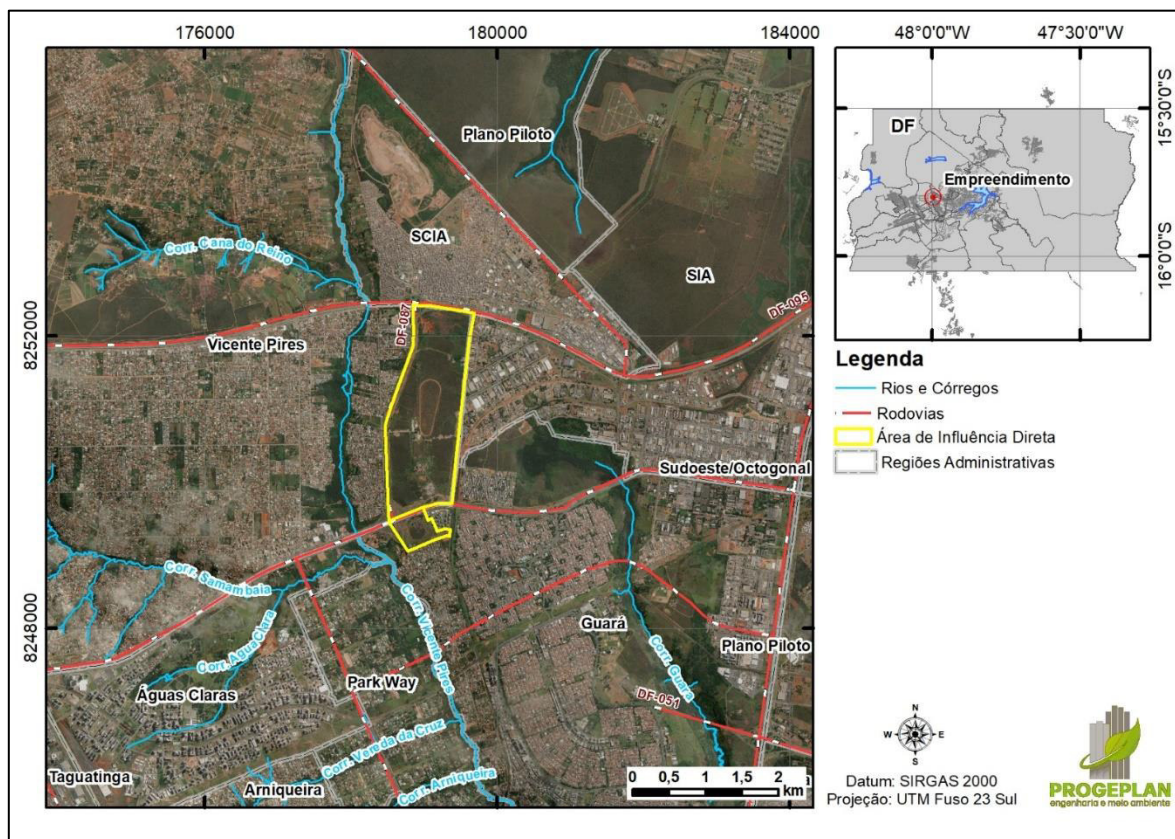
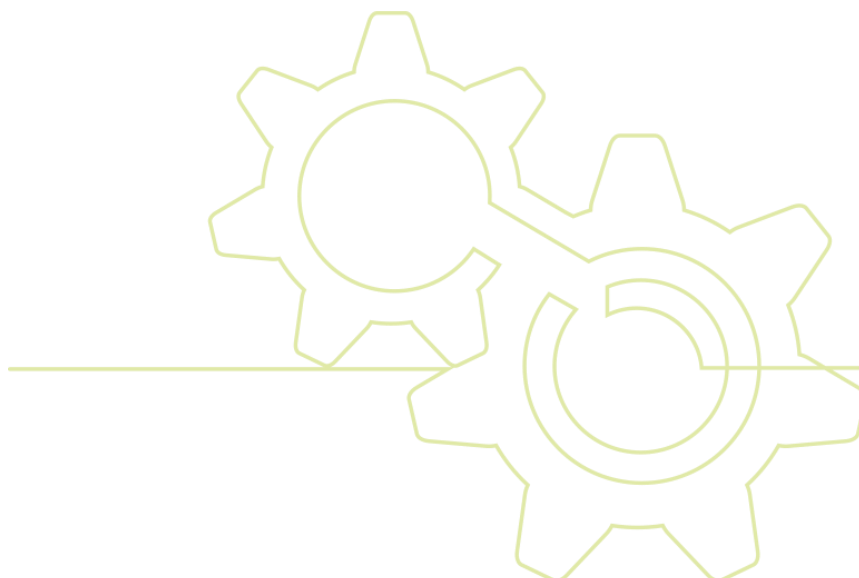


Figura 1.1: Poligonal da Área de Influência Direta – AID do empreendimento.



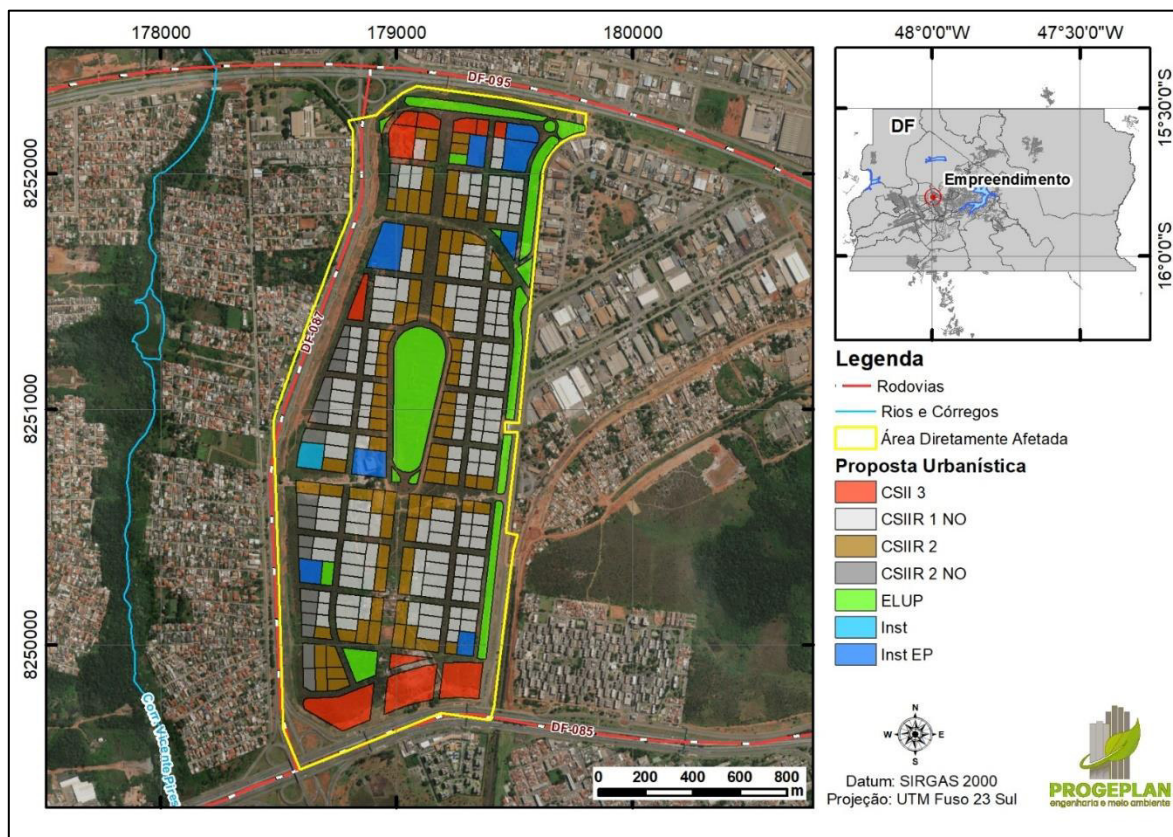
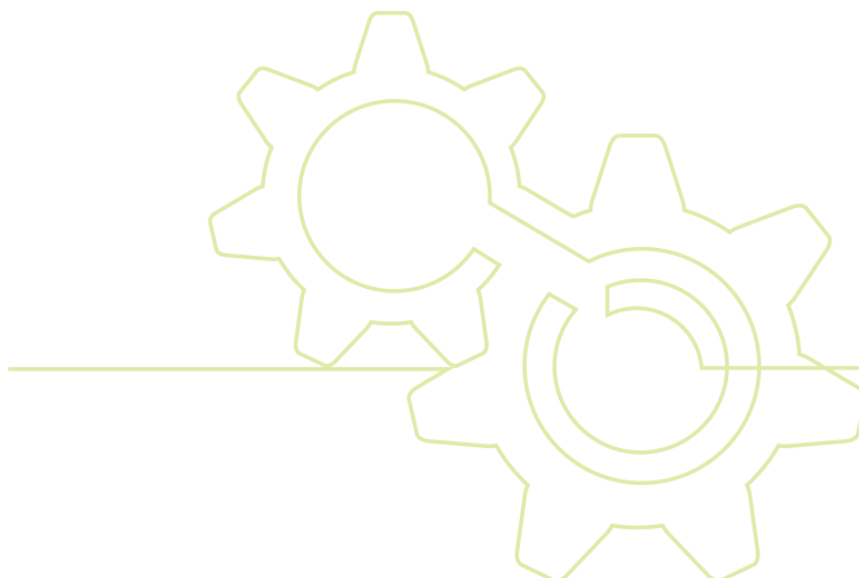


Figura 1.2: Área Diretamente Afetada e projeto de urbanismo.



2 INTRODUÇÃO

Educação Ambiental, segundo a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99), em seu Art 1º é compreendida como um processo de construção de valores sociais baseados nas atitudes, habilidades e competências individuais que, transformadas em prática social, promovem interações responsáveis e éticas com o meio ambiente e com outras pessoas em seus aspectos sociais, políticos, econômicos e ecológicos.

Tendo em vista o despertar de uma consciência crítica a partir da conservação e preservação do meio ambiente, faz-se necessária a execução de práticas de Educação Ambiental que promovam a participação individual e coletiva na gestão do uso dos recursos ambientais, de modo a garantir a melhoria na qualidade de vida da população no entorno do empreendimento e a promover o desenvolvimento sustentável.

Logo, a promoção da Educação Ambiental para os diversos públicos envolvidos na implantação do empreendimento, com ênfase nos resultados obtidos a partir da execução do DSP, permitirá lidar com as distintas vertentes do saber e agir humano, tendo como desafio contribuir para a cidadania ambiental.

O Programa de Educação Ambiental (PEA) vem a ser uma importante ferramenta para a contribuição da gestão sustentável do empreendimento, ao envolver diversos atores sociais, uma vez que permite identificar os melhores padrões de conduta e aqueles que trazem prejuízo para sua completa realização. Mediante o Decreto 4.281 de 2002, a implantação dos Programas de Educação Ambiental, além de uma responsabilidade, torna-se uma obrigatoriedade, conforme estabelece em seu artigo 6º:

“deverão ser criados, mantidos e implementados, sem prejuízo de outras ações, programas de educação ambiental integrados:

[...]

II - às atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de gerenciamento de resíduos, de gerenciamento costeiro, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais, de ecoturismo e melhoria de qualidade ambiental;

Justifica-se, portanto, a execução de um Programa direcionado à Educação Ambiental, que atuará em consonância com a legislação brasileira vigente, e contemplará atividades construídas a partir da participação comunitária e observando as premissas de sensibilização nas temáticas relacionadas ao meio ambiente, conservação da biodiversidade e melhor relação entre o homem, empreendimento, comunidade e o meio ambiente que o circunda.

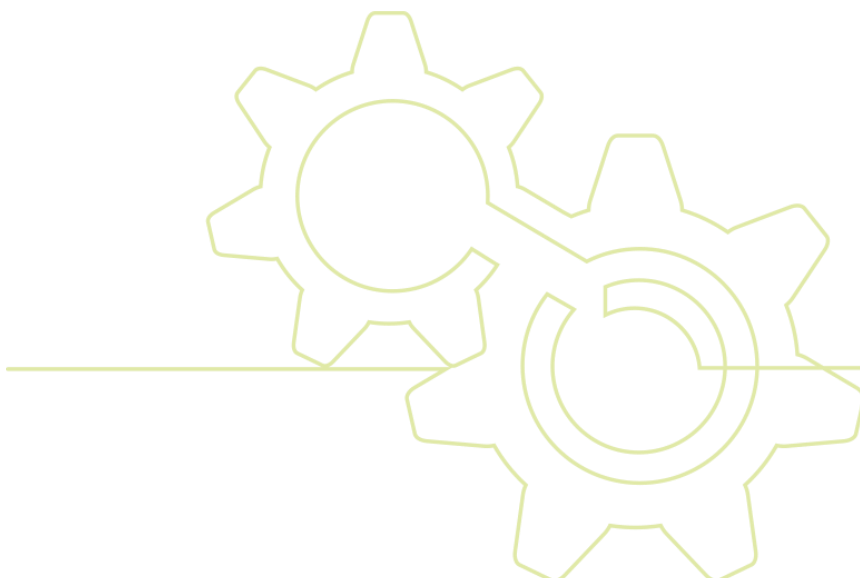
3 OBJETIVO

3.1 OBJETIVO GERAL

Contribuir para a construção e difusão de informações e conhecimentos em Educação Ambiental e para a adoção de práticas compatíveis com a proteção e conservação do meio ambiente, da qualidade de vida e da boa convivência entre a comunidade e o empreendimento.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Fomentar a reflexão coletiva das problemáticas ambientais, envolvendo a participação da população como agente protagonista das ações de sensibilização nas temáticas definidas a partir da participação coletiva e das soluções sustentáveis propostas pelo empreendedor e decorrentes da instalação do empreendimento;
- Desenvolver ações e projetos de educação ambiental em conjunto com o Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), utilizando as experiências e as demandas prioritárias traçadas pelas comunidades em parceria com o poder público;
- Contribuir para a propagação de valores éticos em defesa da conservação do meio ambiente, de acordo com preceitos vigentes na legislação ambiental do Brasil e do Distrito Federal, buscando apresentar medidas que minimizem os impactos ambientais negativos e maximizem os impactos positivos do empreendimento.

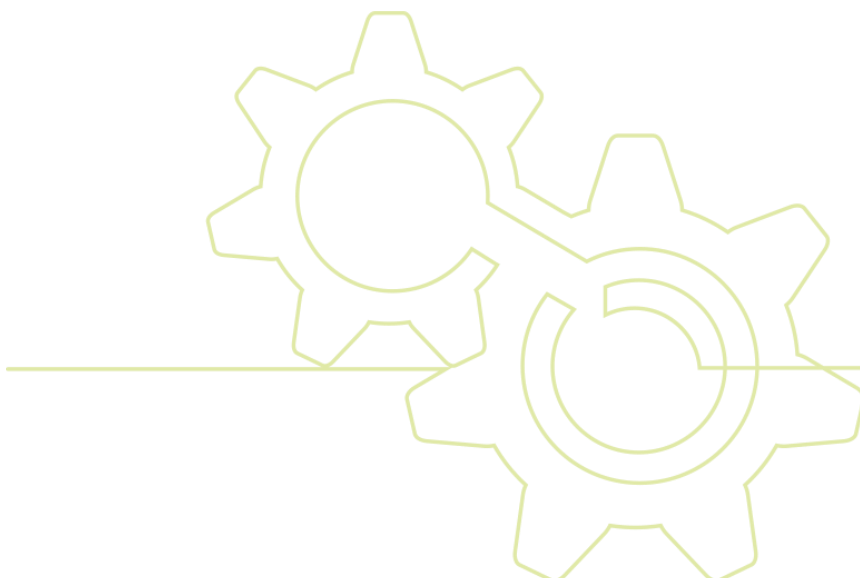


4 RESUMO DO DSP – DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL PARTICIPATIVO

O DSP foi executado por meio de entrevistas realizadas em janeiro de 2022 e entre agosto e dezembro de 2023, com seis lideranças identificadas e que aceitaram voluntariamente participar da ação de construção coletiva das propostas de projetos de educação ambiental.

O processo de obtenção das informações diretas utilizou a técnica FOFA (SWOT) que permitiu identificar as **Forças**, as **Oportunidades**, as **Fraquezas** e as **Ameaças** de cada instituição mapeada. Além da coleta de informações, conforme apontado, foi apresentado o empreendimento, suas características e foi falado do estudo ambiental apresentado que contém os principais impactos ambientais potenciais, bem como suas medidas mitigadoras.

As medidas de mitigação propostas foram consideradas a partir da apresentação do empreendimento nos seguintes termos: Setor Habitacional Jóquei Clube, 252,2336 hectares de área total e área a ser parcelada de 214,1354 hectares. A instalação do empreendimento estima a inserção de 51.981 novos habitantes em 264 unidades imobiliárias para o uso Misto/Residencial Multifamiliar.



5 ESCOPO

5.1 EXECUÇÃO

A execução do Programa de Educação Ambiental deverá ocorrer conforme as etapas e ações, que serão divididas de acordo com os públicos-alvo.

A fase inicial de articulação e o contato com o poder público da RA – Região Administrativa têm como objetivo criar vínculos e parcerias com a gestão local, fazer a apresentação institucional do projeto, e iniciar o relacionamento junto às comunidades para as fases subsequentes ao PEA.

5.2 AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL

Conforme elencado a partir da construção do DSP, foram propostas as seguintes ações:

- Oficinas no Parque Ecológico de Águas Claras;
- Seminário sobre prevenção, controle de escorpiões e medidas a serem tomadas em caso de acidentes com animais peçonhentos;
- Evento social (“Dia D”) de limpeza na RA com apresentação do coro da Associação Viver, dentre outros atrativos, e realização de campanha de conscientização com as famílias atendidas pela Associação Viver;
- Evento de estímulo à prática de esportes, com a promoção de modalidades, entrega de chuteiras e uniformes às crianças e jovens;
- Evento de conscientização ambiental de doação de mudas e realização de oficinas;
- Momento de diálogo junto aos moradores, alvo de realocação, a fim de ouvir pleitos, esclarecer dúvidas, mantê-los informados sobre o andamento das obras de implantação do empreendimento.

A descrição das ações propostas será construída considerando a descrição das informações relativas à Contextualização/Justificativa do projeto; detalhamento das ações previstas a serem executadas; Agentes da ação educativa (público alvo); e Recursos humanos e financeiros necessários. O detalhamento orçamentário é apresentado, agregado, ao fim do documento técnico.

Cita-se, ainda que para a execução das ações previstas neste PEA consideram que a função de coordenação e de produção dos materiais gráficos (conteúdo e diagramação) poderão ser realizadas pelo corpo técnico da própria consultoria contratada e compartilhada com outros programas que possuam as características ou público de interesse. Porém, os "oficineiros", e auxiliares técnicos e de serviços gerais deverão ser contratados e capacitados, sempre que possível, das comunidades envolvidas nas atividades do programa.

5.3 CAMINHADA ECOLÓGICA E OFICINAS NO PARQUE ECOLÓGICO DE ÁGUAS CLARAS

5.3.1 Contextualização / Justificativa do projeto

O parque Ecológico de Águas Claras é uma unidade de proteção ambiental, localizado na RA que leva o mesmo nome. Criada no ano 2000, o parque possui cerca de 95 mil hectares e é formado pela estrutura de caminhada, quadras esportivas e uma unidade da polícia florestal.

Segundo o DSP, foi identificado que no Parque Ecológico de Águas Claras são realizadas atividades como trilhas guiadas na unidade, oficinas, práticas integrativas de saúde, palestras e vivências na natureza.

Mesmo longo, a unidade de conservação é pouco conhecida pelos moradores da RA, tanto para a promoção de práticas esportivas quanto no que diz respeito às ações voltadas à sensibilização da temática ambiental.

Nesse sentido, a gestão do parque sugeriu durante a execução do DSP a promoção de atividades de aproximação da população e da unidade de conservação, seja por meio de caminhada ecológica ou outra ação que objetive incluir a população local, o público escolar formal e as crianças e jovens atendidos pela Associação Viver e Instituto Bom Samaritano na visita à Unidade de Conservação. Essa atividade é predecessora às ações propostas de oficinas de resíduos e plantio de mudas e tem como objetivo inicial a promoção da sensibilização inicial para a temática de proteção à diversidade e educação ambiental.

Destaca-se, ainda, que diante da vulnerabilidade social desse público, deve-se promover a conexão com a natureza de forma lúdica e contemplativa, com práticas corporais e artísticas, por meio de contação de histórias, momentos de promoção de pinturas, teatro e outras expressões artísticas. Deverá ser disponibilizada, além do transporte, alimentação, a distribuição de kits ambientais, contendo minimamente: garrafinhas, bonés, camisetas personalizadas do Bioma Cerrado.

5.3.2 Detalhamento das ações previstas a serem executadas

Conforme resultado obtido a partir do DSP, sugere-se a execução de ações educativas nas unidades de conservação selecionadas, com preferência ao Parque Ecológico de Águas Claras. As ações deverão ser compatíveis com a faixa etária dos públicos de interesse, devendo sempre ser concebidas de forma lúdica e contemplativa, fazendo referência à implantação do empreendimento e as possíveis alterações do cotidiano da população por ele promovido.

Poderão ser promovidos eventos, tais como:

- Caminhada Ecológica;
- Piqueniques temáticos;
- Feiras de Exposições de projetos escolares;
- Entre outros.

Espera-se a execução de ao menos três (03) ações durante o período de implantação do projeto, com **carga horária mínima de quatro (04) horas**, considerando o deslocamento e as

ações de sensibilização. Todas as ações deverão prever, além dos custos logísticos, alimentação e materiais didáticos relacionados ao tema da atividade.

5.3.3 Agentes da ação educativa

São considerados como agentes desta ação educativa:

- População inserida das RAs consideradas como área de influência do empreendimento;
- Público infanto-juvenil matriculada em escolas de ensino público ou privado das RAs de interesse;
- Crianças e jovens atendidos pela Associação Viver e Instituto Bom Samaritano
- Docentes e grupos ligados à administração escolar das unidades envolvidas na atividade;
- Administração pública, em especial das unidades de conservação envolvidas na atividade;

5.3.4 Recursos humanos e financeiros necessários.

São considerados como recursos humanos necessários:

- Coordenador da atividade, ligado ao PEA;
- Oficineiros ligados às atividades previstas;
- Profissional responsável pelos materiais gráficos e conteúdos relacionados às atividades na unidade de conservação;

Os recursos financeiros previstos são aqueles ligados à aquisição/disponibilização de:

- Profissionais contratados para apoio e limpeza das áreas destinadas às atividades;
- Produção, impressão e logística dos materiais produzidos para a atividade; e
- Logística e alimentação dos públicos participantes da atividade.

5.4 DO QUINTAL PARA DENTRO. VAMOS CUIDAR DAS NOSSAS CASAS

5.4.1 Contextualização/Justificativa do projeto

Os casos de epidemiológicos relacionados às doenças causadas por vetores alados (mosquitos, moscas e percevejos) e de acidentes com insetos peçonhentos, tais como aranhas e escorpiões, têm registrado números crescentes a cada temporada de chuva e em todas as regiões administrativas do Distrito Federal.

É imperativo que haja a participação popular para que haja um combate e controle eletivo desses vetores para a redução dos casos e o afastamento da chance de epidemias e da sobrecarga das estruturas de atendimento de saúde pública ou privada.

Segundo o DSP, registrou-se, ainda, aumento do número de casos de acidentes com escorpiões em Vicente Pires após as obras de drenagem ressaltando a importância da educação e orientação nessa temática.

Ademais, em atendimento ao Parecer Técnico n.º 1/2024 - IBRAM/PRESI/EDUC, durante o período escolar, deverá ser incluída palestras aos grupos escolares entre 10 e 13 anos, matriculados em escolas públicas ou privadas, sendo oferecida para elas, especialmente na região de Vicente Pires, palestra educativa sobre prevenção de acidentes com os escorpiões e animais peçonhentos.

Devido à importância do tema, deverá ser realizado seminário sobre prevenção, controle de escorpiões e medidas a serem tomadas para o controle desses vetores de doenças e insetos peçonhentos, tal como, também, como agir em caso de acidentes. Por fim, espera-se a produção de material informativo destinado à ampla comunicação e distribuídos a sindicatos, associações, coletivos e demais públicos em geral.

5.4.2 Detalhamento das ações previstas a serem executadas;

Conforme indicado no DSP, sugere-se a realização de seminário sobre os cuidados em casa e outras práticas para o controle das condições favoráveis para a criação de criadouros de escorpiões, além da apresentação das medidas a serem tomadas em caso de acidentes com animais e insetos peçonhentos.

As ações voltadas à temática deverão ser concentradas nos períodos que antecedem a estação chuvosa no DF e deve contemplar tanto as áreas de entorno do empreendimento, quanto às unidades escolares selecionadas.

As ações destinadas ao público geral poderão ser executadas com o apoio das associações pré-mobilizadas. Deverão ser ministrados seminários por biólogo experiente e deverão ser abordados assuntos como: locais comuns dos criadouros e práticas de higiene local e controle, principais espécies de escorpiões no Distrito Federal; hábitos e ciclo de vida do escorpião, o aumento de casos de acidentes, medidas e metodologias para controle de escorpiões, esclarecimentos sobre o controle químico e, por fim, medidas a serem tomadas em caso de acidentes com animais peçonhentos.

Já as ações junto às escolas e o público escolar se destinam aos grupos escolares entre 10 e 13 anos, matriculados em escolas públicas ou privadas, sendo oferecidas para elas, especialmente na região de Vicente Pires, palestras educativas sobre prevenção de acidentes com os escorpiões e as boas práticas e cuidado com o ambiente para evitar sua propagação, tal como de outros vetores alados.

Deverão ser realizados 2 (dois) seminários na RA de Vicente Pires destinado ao público em geral e ao menos 1 (uma) ação que envolva pelo menos 2 (duas) unidades escolares selecionadas durante a fase de articulação na RA inserida na área de influência do empreendimento. Cada atividade deverá ter duração entre 1 e 2 horas, acompanhada de material gráfico específico apresentando conteúdo compatível com o seminário.

Segundo o DSP, as ações junto ao público geral e administração pública podem ser executadas em formato virtual, desde que garantida a participação qualificada dos públicos de interesse. Reitera-se que todas as ações que denotem mobilização de públicos deverão prever, além dos custos logísticos, alimentação e materiais didáticos relacionados ao tema da atividade.

5.4.3 Agentes da ação educativa

São considerados como agentes desta ação educativa:

- População inserida das RAs consideradas como área de influência do empreendimento;
- Público infanto-juvenil matriculada em escolas de ensino público ou privado das RAs de interesse;
- Público em geral;
- Docentes e grupos ligados à administração escolar das unidades envolvidas na atividade.

5.4.4 Recursos humanos e financeiros necessários.

São considerados como recursos humanos necessários:

- Coordenador da atividade, ligado ao PEA;
- Oficineiros ligados às atividades previstas;
- Profissional de publicidade ou designer, responsável pelos materiais gráficos e conteúdos relacionados às atividades na unidade de conservação;

Os recursos financeiros previstos são aqueles ligados à aquisição/disponibilização de:

- Profissionais contratados para apoio e limpeza das áreas destinadas às atividades;
- Produção, impressão e logística dos materiais produzidos para a atividade.

5.5 EVENTO SOCIAL (“DIA D”) DE LIMPEZA

5.5.1 Contextualização / Justificativa do projeto

As regiões administrativas que formam a região oeste do Distrito Federal vêm registrando níveis de crescimento populacional nas últimas décadas, em especial nos últimos 20 anos com o surgimento de RAs como Águas Claras, SCIA e Estrutural, a consolidação de RAs como Samambaia, Vicente Pires e entorno e a construção/duplicação de vias arteriais de grande porte, como a Estrutural e a EPTG.

O crescimento populacional é acompanhado do surgimento de novas áreas destinadas às residências e a expansão imobiliária, tal como, também, a geração, disposição e destinação dos resíduos sólidos, seja proveniente da construção civil ou da atividade humana. Essa

problemática grave nas RAs do entorno do empreendimento é responsável pelo surgimento de áreas de depósito irregular de entulho, restos de construção civil, e outros materiais inservíveis.

Dessa forma, o DSP trouxe como projeto de execução a realização de evento “Dia D” de limpeza, em parceria com a RA, com o objetivo de fortalecer a ação e demais atividades que já acontecem no “Dia D” de limpeza promovido pela administração regional que forma a Cidade Estrutural (Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA e Estrutural), com apoio de organismos sociais e atores locais, além de contribuir para a sensibilização a respeito da temática dos resíduos sólidos.

5.5.2 Detalhamento das ações previstas a serem executadas;

Conforme proposto pelo DSP, a ação prevista deverá ser executada como forma de fortalecer projeto preconizado pela Administração Regional em conjunto com a Associação Viver.

A equipe do PEA deverá, em conjunto com a administração regional, elaborar o plano de ação que deverá contemplar, minimamente:

- Ações de comunicação, engajamento e mobilização, devendo o PEA disponibilizar mão de obra ou recursos destinados à produção e distribuição de material;
- Seleção dos locais que participarão das ações de limpeza, definição dos materiais necessários para a ação e logística de destinação dos materiais coletados durante as ações;
- Momentos de sensibilização na temática ambiental e nos cuidados necessários com a gestão de resíduos sólidos;
- Momentos de sensibilização na temática ambiental sobre gestão ambiental e a importância com o uso sustentável dos recursos naturais;

Os momentos de sensibilização poderão ser promovidos por meio de ações lúdicas, multidisciplinares e artísticas.

Deverão ser desenvolvidos materiais informativos e educativos para distribuição para as famílias, incentivando a adoção de práticas sustentáveis no dia a dia.

Espera-se a execução de **2 (duas) atividades, preferencialmente em períodos anuais**, com **carga horária mínima de 4 horas**, considerando o deslocamento, organização e as ações de sensibilização. Todas as ações deverão prever, além dos custos logísticos, alimentação e materiais didáticos relacionados ao tema da atividade.

5.5.3 Agentes da ação educativa

São considerados como agentes desta ação educativa:

- População inserida na RA de SCIA e Estrutural, considerada como área de influência do empreendimento;
- Público infanto-juvenil matriculado em escolas de ensino público ou privado das RAs de interesse;

- Crianças e jovens atendidos pela Associação Viver;
- Professores, alunos e administração escolar que podem ser convidados para o evento;
- Administração pública, em especial das unidades de conservação envolvidas na atividade.

5.5.4 Recursos humanos e financeiros necessários.

São considerados como recursos humanos necessários:

- Coordenador da atividade, ligado ao PEA;
- Oficineiros ligados às atividades previstas;
- Profissional de publicidade ou designer, responsável pelos materiais gráficos e conteúdos relacionados às atividades na unidade de conservação.

Os recursos financeiros previstos são aqueles ligados à aquisição/disponibilização de:

- Profissionais contratados para apoio e limpeza das áreas destinadas às atividades;
- Produção, impressão e logística dos materiais produzidos para a atividade; e
- Logística e alimentação dos públicos participantes da atividade.

5.6 CIRCUITO DO ESPORTE

5.6.1 Contextualização / Justificativa do projeto

A prática esportiva, tal como a dedicação de crianças e jovens à atividade física nos horários vagos e sem compromisso escolar é considerado como uma importante estratégia para afastar essa população do acesso às drogas, criminalidade ou situações que afunilam ou pioram as vulnerabilidades sociais já consolidadas.

Dessa forma, como resultado do DSP, foi identificada a execução de eventos liderados pela Associação Comunitária Estrutural City que desempenha o papel de engajamento de crianças e jovens na Região Administrativa do SCIA e Estrutural e desenvolve ações utilizando a quadra pública para a realização de aulas de futebol, cujo objetivo principal é transformar positivamente por meio da prática esportiva.

Segundo o DSP, a atuação da associação no papel de engajamento e mobilização de crianças e jovens através do esporte começou com um projeto voltado para 120 famílias da Estrutural cadastradas, beneficiando 80 alunos. Atualmente, a associação atende 320 alunos tendo como foco principal a escolinha de futebol, que envolve alunos de 4 a 30 anos, distribuídos em diferentes turmas. Além disso, a Associação se dedica a auxiliar pessoas em situação de drogas, adultos com deficiências, arrecadar fraldas, cadeiras de banho e donativos para apoiar as famílias necessitadas.

O fortalecimento dessas ações promove, além do reconhecimento do trabalho lá executado pela organização social, mas também, a ampliação da capacidade de sensibilização da comunidade quanto à importância desse tipo de ação social.

5.6.2 Detalhamento das ações previstas a serem executadas;

O evento consistirá em um passeio educativo a um parque ou unidade de conservação (Parque Nacional de Brasília), visando oferecer uma experiência ambiental inédita e enriquecedora para os participantes. Durante esse dia especial, as crianças deverão transportadas para o Parque Nacional, garantindo comodidade e segurança. Durante a visita, a temática ambiental deverá ser tratada, considerando a importância das unidades de conservação na preservação ambiental.

Além disso, deverá ser oferecido um lanche para todos, proporcionando momentos de descontração e socialização.

A pareceria com a Associação Comunitária Estrutural City **deverá contemplar 150 crianças com distribuição de chuteiras, uniformes, meias e caneleiras** para as crianças e jovens participantes da ação, suprimindo uma carência que poderia comprometer a continuidade do projeto esportivo. Esse apoio material não apenas contribuirá para a prática esportiva adequada, mas também servirá como um estímulo e reconhecimento pelo esforço e dedicação desses jovens.

Espera-se a execução **de 2 (dias) atividades, preferencialmente em periodicidade anual**, com **carga horária mínima de 4 horas**, considerando o deslocamento para o Parque Nacional, organização e as ações de sensibilização. Todas as ações deverão prever, além dos custos logísticos, alimentação e a doação dos materiais esportivos previstos e relacionados ao tema da atividade.

5.6.3 Agentes da ação educativa

São considerados como agentes desta ação educativa:

- Tutores e responsáveis pela Associação Comunitária Estrutural City;
- Crianças e jovens atendidos pela Associação Comunitária Estrutural City;
- Administração pública.

5.6.4 Recursos humanos e financeiros necessários.

São considerados como recursos humanos necessários:

- Coordenador da atividade, ligado ao PEA;
- Profissional de publicidade ou designer, responsável pelos materiais e conteúdos relacionados às atividades na unidade de conservação.

Os recursos financeiros previstos são aqueles ligados à aquisição/disponibilização de:

- Profissionais contratados para apoio e limpeza das áreas destinadas às atividades;
- Aquisição de 150 kits esportivos (chuteira, uniforme, meias e caneleira) e demais equipamentos de proteção voltados à promoção do esporte;
- Produção, impressão e logística dos materiais produzidos para a atividade; e
- Logística e alimentação dos públicos participantes da atividade.

5.7 PLANTAR, CUIDAR E CRESCER – DIA DE AÇÃO NO PARQUE

5.7.1 Contextualização / Justificativa do projeto

O DSP apresentou como resultado as ações da Administração Regional do SCIA e Estrutural na execução de projetos voltados à conservação ambiental e à utilização dos espaços públicos pela comunidade.

Nesse sentido, propõe-se a execução de ações conjuntas com essa RA visando a potencialização dos projetos já em desenvolvimento e a promoção de uma experiência ambiental, recreativa e socioeducativa com as crianças atendidas pelas ações ambientais e sociais realizadas por organismos sociais nas unidades de conservação selecionadas.

5.7.2 Detalhamento das ações previstas a serem executadas

Propõe-se uma ação de educação ambiental centrada no plantio de mudas de espécies nativas na Região Administrativa (RA) SCIA e Estrutural. A Administração Regional já promove o projeto "Tempo de Plantar", concentrando-se no plantio de mudas de espécies nativas no Parque Urbano e planejando estender essa iniciativa a outras áreas da região para contribuir com o microclima e a arborização local.

O objetivo principal desta proposta é fortalecer o projeto "Tempo de Plantar" e oferecer uma experiência educativa e recreativa para as crianças atendidas pelo Instituto Bom Samaritano. A ideia é estabelecer uma parceria com a Administração Regional e com o Instituto para realização da ação.

Para viabilizar essa ação, deverão ser fornecidos transporte e lanche para as crianças participantes, garantindo que possam desfrutar plenamente da experiência. Antes do plantio, deverá ser realizada uma oficina teórica para conscientizá-las sobre a importância das mudas nativas na recuperação de áreas verdes, proporcionando uma compreensão mais profunda do impacto positivo de suas ações.

A parceria com o Instituto Bom Samaritano, que inclui três oficinas com plantio de mudas, **deverá atender no mínimo 120 crianças**, divididas em três grupos, em momentos distintos, no Parque Ecológico Ezequias Heringer, situado na Região Administrativa do Guará. Essa ação deverá providenciar o transporte, lanche, mudas e um tenda grande, tendo em vista que o Parque não possui uma área de sombra ampla na qual as crianças possam lanche e realizar a oficina de maneira adequada.

Essa proposta não apenas busca enriquecer o projeto existente, mas também visa cultivar uma compreensão mais profunda e um compromisso duradouro com a preservação ambiental nas crianças atendidas pelo Instituto Bom Samaritano. Ao proporcionar uma oportunidade prática de interação com a natureza, busca-se não apenas fortalecer a conexão delas com o meio ambiente, mas também instigar uma atitude proativa em relação à sustentabilidade e à importância do plantio de mudas nativas para o futuro da comunidade da RA Estrutural, além de fortalecer e ajudar o projeto “Tempo de Plantar”.

Além da ação com as crianças, deverão ser fornecidas mudas em quantitativo expressivo para contribuir com o projeto executado pela Administração, mas que não avançou o suficiente devido à falta de mudas.

Deverá ser realizado **1 (um) evento**, com a realização de ao menos **3 (três) oficinas de duração entre 60 e 90 min**, cada, devendo ser proposto momentos lúdicos e criativos, podendo ser desenvolvidos processos de construção do saber ambiental por meio da participação das crianças e interação com o meio ambiente. A atividade deverá contemplar conteúdo teórico com o objetivo de promover a conscientização sobre a importância das mudas nativas na recuperação de áreas verdes, proporcionando uma compreensão mais profunda do impacto positivo de suas ações.

Caso haja a opção de realização da área do parque para a promoção de ações em trilhas e oficinas para os grupos mobilizados, deverá ser prevista a contratação dos facilitadores, espaço do Centro de Referência em Educação Ambiental, em consonância com o que prevê o Programa Parque Educador, tal como, também o agendamento prévio e possibilidade de compartilhamento de mão de obra, mediante termo de cooperação técnica ou documento análogo.

O projeto prevê, ainda a doação de mudas para o projeto “Tempo de Plantar”, tal como, também, insumos complementares para o seu plantio. A quantidade das mudas a serem doadas deverão ser avaliadas em conjunto com a associação e a RA e deve ser número compatível com o porte do empreendimento, devendo sempre prover o equilíbrio entre as ações e a capacidade econômica do empreendedor.

A atividade deverá disponibilizar ao menos 1 (um) profissionais com experiência técnica relacionada à atividade de plantio das mudas, o preparo da área e a conclusão dos serviços após a realização das oficinas e das ações propostas por esse PEA.

Por fim, as ações deverão prever a disponibilização dos equipamentos necessários para a atividade de plantio, que podem ser alugados, disponibilizados pela consultoria contratada ou adquiridos pelo projeto. Sugere-se que em caso de aquisição, os equipamentos sejam doados à administração do Parque.

Caso o número de participantes do evento seja superior a 30, considerando o público mobilizado e equipe envolvida, deverá ser realizado procedimento específico junto à Superintendência de Unidades de Conservação do IBRAM (SUCON), em face à autorização e permanência na referida UC.

5.7.3 Agentes da ação educativa

São considerados como agentes desta ação educativa:

- População inserida na RA SCIA e Estrutural;
- Crianças e jovens atendidos pela Associação Viver e Instituto Bom Samaritano
- Administração pública, em especial das unidades de conservação envolvidas na atividade.
- Recursos humanos e financeiros necessários.

São considerados como recursos humanos necessários:

- Coordenador da atividade, ligado ao PEA;
- Oficineiros ligados às atividades previstas.
- Profissional de publicidade ou designer, responsável pelos materiais gráficos e conteúdos relacionados às atividades na unidade de conservação.
- Profissionais responsáveis pela organização das áreas de plantio, técnicas necessárias e finalização, após a conclusão das oficinas.

Os recursos financeiros previstos são aqueles ligados à aquisição/disponibilização de:

- Profissionais contratados para apoio e limpeza das áreas destinadas às atividades;
- Aquisição de mudas, conforme avaliação do projeto; e
- Logística e alimentação dos públicos participantes da atividade.

5.8 MOMENTO DE DIÁLOGO – ACESSO ÀS INFORMAÇÕES SOBRE O EMPREENDIMENTO

5.8.1 Contextualização / Justificativa do projeto

A viabilidade do empreendimento é condicionada ao correto processo de remoção e relocação das famílias anteriormente residentes na área destinada à implantação do Setor Habitacional Jóquei Clube e o atendimento pleno do que é previsto na Licença Prévia - LP SEI-GDF n.º 12/2023 - IBRAM/PRES, em especial na manutenção dos processos de informação qualificada junto à Associação de Moradores da Vila Hípica, sobre as diversas etapas de implantação do empreendimento e dos processos de relocação, por meio do esclarecimento das características das atividades construtivas, seus potenciais impactos, bem como consolidar as formas oficiais de comunicação com a abertura de diálogo entre a empresa e a associação.

A ação visa a apresentação dos instrumentos jurídicos vigentes e observando critérios socioeconômicos, humanitários e da dignidade da pessoa humana na definição da realocação das famílias, além de garantir a restauração dos meios de vida e de subsistência das famílias afetadas pelo empreendimento.

A realização da atividade visa, também, a comunicação social com os moradores que serão realocados a fim de ouvir pleitos, esclarecer dúvidas, mantê-los informados, considerando a sensibilidade do tema e a resolução do processo de comunicação pleno junto à associação que representa os moradores.

5.8.2 Detalhamento das ações previstas a serem executadas

Conforme previsto pelo DSP, deverá ser realizada a promoção de métodos voltados à comunicação com a Associação de Moradores da Vila Hípica, visando a manutenção permanente das etapas de implantação do empreendimento, suas características de implantação e seus potenciais impactos.

A atividade deve objetivar a criação e o desenvolvimento de meios de comunicação visando um diálogo amplo, célere e transparente entre a empresa, os gestores das ações de mitigação de impacto, a gestão pública responsável pelo processo de licenciamento do empreendimento e a associação e os moradores alvos da relocação.

O esclarecimento e disseminação de informações podem ser feito ainda através de material gráfico produzido e distribuído.

A equipe de educação ambiental deverá designar técnicos de comunicação treinados e orientados, considerando a sensibilidade do tema de modo a reduzir ao máximo os possíveis conflitos e problemas relacionados à implantação do empreendimento, respondendo ao máximo as solicitações de informações e de questionamentos enviados ao empreendedor pelos instrumentos de comunicação implantados. As ações deverão estar em consonância com o Programa específico de relocação.

Espera-se a execução de **atividades periódicas, com carga horária entre 30 e 90 minutos**, podendo ser promovidas de maneira virtual ou presencial. A ocorrência deverá ser de ao menos 5 visitas aos públicos de interesse, preferencialmente em ocorrência mensal e reforçada nos períodos que antecedem os processos de relocação. Adicionalmente, deverão ser mantidas em funcionamento pleno, em horário comercial, formas de contato com as empresas responsáveis pelos programas ambientais, empreendedor e órgãos de gestão regionais (Administração regional, IBRAM, entre outros). Esses canais são de responsabilidade da coordenação de execução do PEA e poderão ser em formato de ouvidoria 0800, whatsapp, ou soluções similares.

Deverá ser previsto a elaboração de ao menos 2 (dois) materiais gráficos de divulgação impressa ou online destinada a comunicação quanto às fases do procedimento de relocação e de implantação do empreendimento. Os materiais podem ser compartilhados entre outros programas ou ações de comunicação.

Sempre que ocorrer ações presenciais, com duração superior a 2 horas, mobilização social dos moradores e lideranças deverá ser disponibilizado lanche e água em quantidade compatível e suficiente ao público participante.

O acompanhamento das famílias após a relocação deverá ser alinhado com a liderança da associação e em consonância com o programa específico para o tema.

5.8.3 Agentes da ação educativa

São considerados como agentes desta ação educativa:

- População alvo da remoção ou relocação coletiva;
- Administração pública.

5.8.4 Recursos humanos e financeiros necessários.

São considerados como recursos humanos necessários:

- Coordenador da atividade, ligado ao PEA;
- Comunicador social;
- Responsável (is) pelo programa específico de realocação e remoção de famílias.

Os recursos financeiros previstos são aqueles ligados à aquisição/disponibilização de:

- Produção, impressão e logística dos materiais produzidos para a atividade; e
- Alimentação dos públicos participantes da atividade.

5.9 ABRANGÊNCIA

O PEA tem como abrangência os públicos de interesse inseridos nas Regiões Administrativas de Vicente Pires e da SCIA e Estrutural, em especial, as comunidades identificadas como vulneráveis junto às lideranças identificadas durante o DSP.

5.10 RESPONSÁVEL PELA IMPLANTAÇÃO

O Programa de Educação Ambiental é de responsabilidade do empreendedor, podendo este terceirizar as atividades, em conjunto com entidades parceiras como universidades e escolas da rede pública e privada, órgãos municipais afins e organizações não governamentais.

5.11 EQUIPE TÉCNICA

- 01 (um) Coordenador do Programa;
- 02 (dois) educadores ambientais de campo – (formação em Educação Ambiental ou em Comunicação Social).
- Prever contratação de profissionais específicos ou organizações sociais com experiência comprovada para as atividades e ações sociais.

5.12 INTERFACE COM OUTROS PROGRAMAS

O Programa de Educação Ambiental – PEA possui relação direta com o Programa de Comunicação Social – PCS e o Programa de Desapropriação de Imóveis, Realocação e Remoção de Famílias.

5.13 RESULTADOS ESPERADOS

Promover a educação ambiental para a população residente nas Regiões Administrativas que compõe a área de influência, assim como para os trabalhadores envolvidos na implantação do empreendimento.

